
O avesso da ética: a questão do plágio e da cópia no ciberespaço

Telma Romilda Duarte Vaz
Mestre em Educação pelo PPGE – Uninove.
São Paulo – SP [Brasil]

O objetivo deste artigo é discutir alguns aspectos das questões éticas envolvidas no uso da internet no ensino superior presencial, especificamente com relação ao plágio e à cópia. Nesse debate, privilegiaram-se três questões: a relação entre a tecnologia a educação e a ética, a ética no ciberespaço como uma questão emergente no âmbito acadêmico e o problema do plágio e da cópia no ciberespaço como questão ética.

Palavras-chave: Ciberespaço. Educação. Ética.

1 Introdução

Neste artigo, são apresentadas as principais reflexões da dissertação “O avesso da ética: ciberespaço e a questão do plágio e da cópia no ensino superior presencial”, defendida em novembro de 2006, no Programa de Mestrado do Centro Universitário Nove de Julho – Uninove. Trata-se de um estudo de casos múltiplos, tomando como objeto duas instituições de Ensino Superior da região do Noroeste Paulista. O objetivo foi verificar as questões éticas envolvidas no uso da internet na prática do docente do ensino superior presencial, especificamente com relação ao plágio e à cópia.

O tema é relevante, pois um dos maiores problemas hoje, na vida escolar e acadêmica, tem sido a prática crescente da cópia e/ou plágio de textos da internet. Perissé (2006) alerta para o crescimento do fenômeno, e diz que alunos de todos os níveis escolares fazem uso, de forma indiscriminada, da cópia de textos disponíveis na *web*, sem nenhum constrangimento. Essa prática denuncia um desnorteamento ético preexistente ao advento da internet. Senna (2006) adverte: o plágio e/ou a cópia praticados nos trabalhos acadêmicos são resultado de uma “cultura de tolerância”, existente até mesmo nas universidades, e não é um fenômeno isolado, pois se verifica, cada vez mais constantemente, em instituições do Brasil e do mundo.

São recorrentes os discursos que defendem o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação como instrumentos para desenvolver competências nos alunos, de forma que os conteúdos trabalhados na escola sejam significativos socialmente e provoquem mudanças individuais e coletivas, capazes de instituir a formação de cidadãos

participativos para a construção de uma sociedade mais justa. Não obstante, a realidade no meio educacional parece estar alheia a esse discurso. De acordo com Santana e Joberto (2006), atualmente, uma média de 30% de estudantes de nível superior faz plágio de documentos eletrônicos. Nas escolas, em todos os níveis, e muito especialmente no ensino superior presencial, docentes e discentes parecem não considerar os aspectos éticos que envolvem o uso da internet e a influência do “ciberespaço” no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

A partir desta perspectiva, buscamos abordar os casos de cópia, plágio e a questão da ética envolvida no contexto do ciberespaço, que ainda são pouco discutidos, por isto, carecem de reflexão.

2 Tecnologia, educação, formação e ética

A tecnologia assinala, de acordo com Grinspun (1999, p. 15), duas categorias que são “[...] o tempo e o espaço, e a relação do homem para viver e conviver com essas categorias vai exigir uma nova formação que seja fundamentada no conhecimento, na reflexão e na ação.” É importante não perder de vista que o principal papel da tecnologia é servir ao homem, de forma que cabe à educação promover a integração entre tecnologia e humanismo “[...] não só no sentido de valorizar a relação educação/produção econômica, mas principalmente visando à formação integral do indivíduo.” (CARDOSO, 1999, p. 219). Nesse sentido, a autora afirma que educar o ser humano diante de uma crescente interação com a tecnologia implica pensá-la como um meio, e não

como um fim. Para isso, é necessário re-pensar a educação, no sentido de humanizar a técnica e dela tirar o melhor proveito.

Para que isso seja possível, é necessário fazer rupturas com o passado com o objetivo de buscar uma vida criativa em face de um novo tempo, cujas oportunidades e possibilidades se fazem presentes e não podem ser ignoradas, pois, como pontua Grinspun (1999), as mudanças em todas as áreas (geográficas, políticas, históricas e culturais) também atingem a educação e a tendência natural é que seus objetivos e procedimentos também mudem.

A educação faz parte deste tecido social e sua participação no contexto da sociedade é de grande relevância, não só pela formação dos indivíduos que atuam nesta sociedade, mas, e principalmente, pelo potencial criativo que ao homem está destinado no seu próprio processo de desenvolvimento. (GRINSPUN, 1999, p. 32).

Lévy (2001, p. 105) defende que o “ciberespaço” não é somente “[...] um instrumento a serviço do mercado, da comunidade científica ou da liberdade de expressão democrática [...]”, é também um dos principais produtores de sua própria cooperação. Para o autor, o “ciberespaço” está no

[...] epicentro do elo auto-criador da inteligência coletiva da humanidade. Por causa da extensão não censurada das formas e das representações de todos os tipos que ele põe em concorrência, o *ciberespaço* representa a noosfera – esfera do espírito e da inteligência coletiva [...] (LÉVY, 2001, p. 105).

Se, por um lado, a tecnologia da rede, a internet, anula as distâncias, por outro, aqueles que não participam dela estão cada vez mais isolados, pois a presença da tecnologia tende a tornar a educação mais cara, afirma Ramal (1999). Para a autora, cada vez mais, a educação é um privilégio daqueles que podem pagá-la, sem falar que a exclusão educacional se articula, no nosso país, com profundos mecanismos de discriminação social – racial sexual e regional – e esse deve ser o pano de fundo, o ponto de partida para qualquer debate sobre a presença das tecnologias na escola. Nessa perspectiva, ao incorporar a tecnologia na educação, é preciso pôr em questão a que modelo de sociedade se pretende servir – e, nesse movimento, recusar-se a aceitar, de forma ingênua, os discursos que dão sustentação à estrutura econômica neoliberal. (RAMAL, 1999).

Freire (2000) já advertia para a necessidade de uma compreensão crítica da tecnologia, afirmando que a educação deve estar infundida desta tarefa, pois, quanto maior a importância da tecnologia mais se afirma a necessidade de uma rigorosa ética sobre ela. Freire fala de “[...] uma ética a serviço das gentes, de sua vocação ontológica, a do ser mais e não de uma ética estreita e malvada, como a do lucro, a do mercado.” (FREIRE, 2000, p.104).

É importante considerar novas práticas, que privilegiem a ecologia cognitiva do estudante e que considere a função social e socializadora da educação no contexto atual, de acordo com as especificidades que determinam a nova era. Ecologia cognitiva, segundo Lévy (1998), refere-se ao estudo das dimensões técnicas e coletivas da cognição. O meio ecológico, nos quais as representações se propagam, é composto de dois grandes conjuntos: as mentes humanas e as

redes técnicas de armazenamento, de transmissão e de transformação das representações.

A atuação do docente no mundo contemporâneo, voltada para uma educação que privilegie as novas possibilidades advindas das tecnologias de informação e comunicação, envolve o seu compromisso e investimento em sua própria formação. Rios (2003, p. 93) afirma que “[...] em toda ação docente, encontram-se uma dimensão técnica, uma dimensão política, uma dimensão estética e uma dimensão moral.”

A dimensão técnica, segundo a autora, equivale ao suporte de competência, pois se revela na ação do profissional. “A técnica tem, por isso, um significado específico no trabalho, nas relações [...]” (RIOS, 2003, p. 94). Por isso, a dimensão técnica não pode ser concebida alienada de outras concepções, pois aí corre-se o risco de se criar uma visão tecnicista, supervalorizando a técnica e ignorando sua inserção no contexto social e político. Conforme a autora, a dimensão técnica implica a capacidade do profissional em lidar com conteúdos, conceitos, comportamentos, atitudes e habilidade de construí-los e reconstruí-los com os alunos. Técnica quer dizer realização de uma ação, ou mesmo determinada maneira de se realizar algo, refere-se a um ofício, o que requer, por sua vez, certa habilidade. Para Rios, a dimensão técnica deve ser entendida como “suporte da competência”, pois se revela na ação do profissional e não pode estar desvinculada de outras dimensões.

A dimensão estética remete ao sensível, ao perceptível e à educação da sensibilidade humana, segundo Rios (2003, p. 96), refere-se à “percepção sensível da realidade”, tal como era usada a expressão *aesthesis* pelos gregos, com o mesmo significado. Assim, a dimensão estética tem a ver com a presença da sensibilidade e sua

orientação, tendo como base uma possibilidade criadora. A autora diz:

É nessa medida que é importante trazer luz à dimensão estética do fazer humano e do trabalho do docente. E se falamos em competência, não se trata de uma sensibilidade ou de uma criatividade qualquer, mas de um movimento na direção da beleza, aqui entendida como algo que se aproxima do que se necessita concretamente para o bem social e coletivo. (RIOS, 2003, p. 99).

De acordo com a autora, a ação docente competente envolve técnica e sensibilidade orientadas pelo princípio ético e político. A autora aborda, conjuntamente, as dimensões ética e política, explicando que sua opção dá-se em nome da estreita ligação entre elas, o que não implica eliminar as distinções dos dois conceitos. Nesse sentido, a autora distingue ética e moral, explicando que a palavra ética refere-se ao termo *ethos*, que significa “morada do homem” e refere-se ao espaço construído pela ação humana, que transcende a natureza e transforma o mundo, conferindo-lhe uma significação específica (RIOS, 2003).

O *ethos* significa, portanto, o mundo transformado pelo homem e ganha o sentido de costume, jeito de viver em sociedade, específico do ser humano. Já o termo “moral” vem do latim *mores*, “costumes”. A moral refere-se ao conjunto de normas, regras e leis cuja função é orientar a vida social, e que se revela no comportamento prático do homem. Segundo Rios (2003), a ética passa a designar não mais os costumes, mas a reflexão crítica sobre o costume, o questionamento e a busca de seus princípios:

A moral corresponde ao *ethos* e não – é importante assinalar – à ética. A ética não se confunde com o *ethos*. Na verdade, ela tem sido chamada de “ciência do *ethos*”. Na medida em que o conceito de ciência tem uma grande extensão, prefiro referir-me à ética, como venho fazendo, como reflexão crítica sobre o A moral corresponde ao *ethos* e não – é importante assinalar – à ética. A ética não se confunde com o *ethos*. (RIOS, 2003, p. 104).

A dimensão ética, portanto, refere-se à orientação da ação constituída no princípio do respeito, da solidariedade, buscando o encontro da realização do bem da coletividade, o que, por sua vez, envolve a competência, o fazer bem e não pode ser dissociado da competência política.

Já dimensão política diz respeito “[...] à participação na construção coletiva da sociedade e ao exercício de direitos e deveres [...]” (RIOS, 2003, p.108). É no espaço político que acontecem acordos, que se estabelecem hierarquias e onde se assumem compromissos e é, nesse sentido, que se verifica a articulação com a moral e a ética.

Conforme nos mostra Rios (2003), as dimensões técnica, estética e a política precisam ser fecundadas pela ética. O trabalho competente é aquele que se faz bem e, para fazer bem, é necessário mobilizar todas as dimensões com o intuito de “[...] proporcionar algo de bom para si mesmo, para os alunos e para a sociedade [...]” (RIOS, 2003, p. 107).

Na disciplina “Formação Ética e Estética do Professor”, ministrada em 2004, no Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Nove de Julho – Uninove, Gabriel

Perissé explicava que a palavra ética, natural do mundo grego, possuía em sua origem, dois significados. Quando se escrevia com a letra grega *eta* (longa) — *êthos* —, denotava “residência”, “morada”, “lugar onde se habita”, chegando a designar, para os animais, a “estrebária”, o “curral”. Na reflexão filosófica, com Sócrates, Platão e Aristóteles, passou a ser utilizada, também, metaforicamente, para indicar a atitude humana perante a vida, o seu modo de estar no mundo, de morar no mundo, a sua capacidade de transformar o mundo num lugar humanamente habitável. Aristóteles empregou também o termo *êthos* com a letra grega *épsilon* (breve) para referir-se a costume, uso ou hábito. Cícero traduziu a palavra grega em sua dupla significação (caráter e costume) por um só termo latino, *mos, mores*, do qual derivou a palavra moral, como a conhecemos hoje. A confusão que, ainda hoje, se faz entre ética e moral, é resultante da tradução de uma única palavra latina, *mos*, das duas acepções gregas do termo *ethos*. É importante fazer a distinção entre ética e moral. Para Perissé (2004), uma distinção interessante, que os pensadores medievais estabeleciam, era entre a *philosophia moralis*, a moral teórica, que estudava os princípios iluminadores, e a moral prática, que se dedicava à aplicação dos princípios à vida. Moral, portanto, refere-se ao discurso normativo, ou seja, a um conjunto de deveres que devem ser cumpridos, comparados a uma série de mandamentos sociais, religiosos ou políticos, enquanto que a ética pressupõe um esforço pessoal, é a busca para a arte de viver, pela felicidade.

Mais do que seguir ou deixar de seguir normas práticas, a ética supõe o exercício do autoconhecimento e da autocrítica, além da certeza de lutar pela auto-realização e pela plenitude. Podemos considerar que a consciência não nas-

ce pronta e que é necessário cultivá-la para que se torne crítica, capaz de distinguir os valores e antivalores que fazem parte do comportamento das pessoas e se refletem nas estruturas sociais. A consciência ética, nesse sentido, busca a descoberta do melhor.

Vázquez (2003), por sua vez, explica que a moral é um conjunto de regras distintas que têm a função de regular as relações entre os indivíduos, contudo, sua função e validade variam historicamente em cada sociedade. “Portanto, a moral é um fato histórico e, por conseguinte a ética, como ciência da moral, não pode concebê-la como dada de uma vez para sempre, mas tem de considerá-la como um aspecto da realidade humana mutável com o tempo.” (VÁZQUEZ, 2003, p. 37).

Ainda segundo este mesmo autor (2003, p.20), “[...] a função da ética é a mesma de toda teoria, explicar ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes.” O valor da ética, portanto, segundo o filósofo, está naquilo que explica e não no fato de prescrever ou recomendar com vistas à ação em situações concretas.

A ética parte da existência da história dos costumes morais, isto é, toma como ponto de partida a diversidade de comportamentos moralmente aceitos no tempo, com seus respectivos valores, princípios e normas. Como a teoria não se identifica com princípios e normas de nenhuma moral em particular e tampouco pode adotar uma atitude indiferente ou eclética diante delas, juntamente com a explicação de suas diferenças, deve investigar o princípio que permita compreendê-las

no seu movimento e no seu desenvolvimento. (VÁZQUEZ, 2003, p. 22).

De Masi (apud SILVA; CUNHA, 2004) diz que alguns valores emergentes em nossa sociedade devem ser levados em consideração quando tratamos de formação e educação profissional: a intelectualidade, a criatividade, a estética, a subjetividade, a desestruturação e a continuidade, valores importantes que devem fazer parte do novo processo educativo. Esta realidade aponta para uma educação polivalente, que valoriza a cultura geral, a postura profissional, a ética e a responsabilidade social.

Retomando a abordagem de Rios (2004) acerca das quatro dimensões inerentes ao papel do profissional da educação é importante pontuar que a educação desempenha um papel eminentemente político e, é fundamental que o docente exerça o seu fazer pedagógico no sentido de promover, no espaço acadêmico, um encontro democrático, de permanente troca de experiências. E isso não se faz sem uma preocupação com a sua maneira de ser, sem uma ética alicerçada em valores éticos transparentes e objetivos e, como diz Gadotti (1998) um mundo que não é compartilhado, não pode servir de mediação para o ato educativo. Estar no mundo significa participar cotidianamente de um mundo comum.

2.1 Ética e ciberespaço – uma nova questão

Responsáveis por grandes mutações no mundo contemporâneo, as tecnologias de informação e comunicação têm modificado e ampliado as relações entre os homens. Pontuamos aqui a relevância do ciberespaço e a reflexão ética a seu respeito, levando em conta que este novo espaço se apresenta como o sistema, cujo

desenvolvimento é o mais rápido na história das técnicas de comunicação e, como previu Pierre Lévy (1998), centro de gravidade da nova ecologia das comunicações, com imediata influência sobre a realidade educacional.

O termo ciberespaço, do original *cyberspace*, foi criado em 1984 por William Gibson em sua obra *Neuromancer*, e definido como uma alucinação consensual, que pode ser experimentada por meio de *softwares* especiais, um não-lugar, não-territorial, composto de redes de computadores interligados, nos quais as informações circulam das mais variadas formas. Essas redes possibilitam, ainda, a desmaterialização espacial, instantaneísmo, troca de conhecimentos e formação de uma cultura específica que inter-relaciona informação, comunicação e tecnologia.

Para Pierre Lévy, o ciberespaço dá origem a essa nova realidade, a qual denomina de cibercultura, uma forma de subjetivação num ambiente “[...] de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores.” (LÉVY, 1993, p. 92). Essa nova fronteira entre o mundo real e o virtual, conforme se intensifica, aumenta a capacidade humana de comunicação.

[...] novas estruturas de comunicação, de regulação e de cooperação, linguagens e técnicas intelectuais inéditas, modificação das relações de tempo e espaço etc. [...] Escolhas políticas e culturais fundamentais abrem-se diante dos governos, dos grandes atores econômicos, dos cidadãos. Não se trata apenas de raciocinar em termos de impacto [...] mas também em termos de projeto [...] (LÉVY, 2000, p. 13).

Trata-se de um projeto coletivo, que representaria, segundo o estudioso, uma oportunidade para o exercício de um novo humanismo. O ciberespaço de acordo com Lévy inclui e amplia o “conhece-te a ti mesmo” (do Oráculo de Delfos, notabilizado por Sócrates) para um “aprendamos a nos conhecer para pensar juntos”, e que generaliza o “penso, logo existo” (de Descartes) em “existimos eminentemente como comunidade” (que, por sua vez, reflete a visão cosmopolítica de Kant).

Lévy explica que “[...] em pouco tempo, teremos passado [...] de uma humanidade a outra [...]” (LÉVY, 2000, p.13), sugerindo que a emergência de um novo espaço antropológico configura-se em “[...] um sistema de proximidade (espaço) próprio do mundo humano (antropológico) e, portanto, dependente de técnicas, de significações e das emoções humanas.” (LÉVY, 2000, p. 23). O filósofo explica que:

A inteligência coletiva não é um conceito exclusivamente cognitivo. Inteligência deve ser compreendida aqui como na expressão ‘trabalhar em comum acordo’. Trata-se de uma abordagem de caráter bem geral da vida em sociedade e de seu possível futuro. [...] Essa visão de futuro organiza-se em torno de dois eixos complementares: o da renovação do laço social por intermédio do conhecimento e o da inteligência coletiva propriamente dita. (LÉVY, 2000, p.26).

O ciberespaço funda uma nova ecologia comunicacional, na qual se divide um extraordinário hipertexto entre todos, composto de interconexões generalizadas, que se auto-organizam e se retroalimentam continuamente e onde

tudo está em contato com tudo. Na fantástica cidade virtual, todos os encontros são possíveis, a grande rede põe a memória de tudo na memória de todos (MORAES, 2006).

É sobre essa extraordinária forma de comunicação e troca de informações, que se baseia uma ética virtual defendida por Lévy. Entre as inúmeras questões suscitadas pela emergência de um novo espaço, destaca-se o seguinte questionamento: As questões éticas estão envolvidas no contexto do ciberespaço? Tomando como referência as idéias de Pierre Lévy, pode-se afirmar que sim, a *web* pode constituir-se em um instrumento privilegiado para construir uma civilização mais informada, mais consciente e ética. Contudo, paradoxalmente, essa mesma tecnologia que contribui para o benefício da comunicação pode levar, de igual modo, ao aumento do isolamento e à alienação. O ciberespaço pode unir as pessoas, da mesma forma que as pode dividir, particularmente ou em grupos, separados por ideologias, políticas, posses, raças, etnias, diferenças de geração, religiões, valores éticos e morais.

Uma das pedras angulares do ciberespaço está no fato de constituir-se em uma esfera pública não-sujeita a regulamentações externas, diz Moraes (2006), lembrando que os estatutos éticos das comunidades virtuais se esquematizam internamente, por meio de seus próprios cosmos produtivos, regulados por motivações cooperativas, coordenações de qualidades e vocações individuais. Os códigos informais de conduta não provêm de fora, das instâncias de poder, ao contrário, são aceitos por consenso e adaptados às práticas e tradições dos internautas.

Quéau (2004) refere-se à info-ética, entendendo que a cibercultura é o lugar onde novos comportamentos intelectuais e culturais ela-

boram-se e são capazes de abranger concreta e praticamente a questão do universal, além de tornar-se o lugar do florescimento de uma ética adequada à sociedade mundial da informação. A info-ética, segundo o estudioso, não é uma nova ética. Ao contrário, apóia-se sobre valores éticos fundamentais, experimentados, como a igualdade, a justiça e a dignidade humana, e busca colocá-los em prática no contexto dessa nova sociedade. No centro da cibercultura, diz o estudioso, tece-se um desafio profundamente ético.

Quéau (2004) lembra que, para Aristóteles, o domínio público é o lugar da palavra e da ação, onde o homem se põe em presença de outros homens, ele se oferece ao olhar dos outros, ao julgamento dos outros. Este é o lugar em que o homem (como ser humano) pode revelar seu valor diante de outros homens. O domínio público, portanto, é o lugar em que se pode buscar a excelência, em que melhor se desenvolve a *virtus*, e se exprimem valores que não têm preço. O domínio privado, por sua vez, é o da produção, da vida material, dos apetites individuais. Neste sentido, a cibercultura deve tornar-se o lugar do florescimento de uma ética adequada à sociedade mundial da informação, a info-ética.

O filósofo do ciberespaço, portanto, refere-se à “ética do coletivo”, cujo ponto de partida se configura em uma oportunidade para o exercício de um novo humanismo, como já referido anteriormente. Se alguém recebe outro em interação num espaço virtual, diz Lévy, é importante reconhecer que ele traz contribuições que vão lhe acrescentar novos saberes e, em contrapartida, esperam reciprocidade.

Lévy diz que essa nova dimensão da comunicação humana deve “[...] permitir-nos compartilhar nossos conhecimentos e apontá-los uns para os outros, o que é a condição elementar

da inteligência coletiva.” (LÉVY, 2000, p. 18). Para o estudioso, a transmissão, a educação, a integração e a reorganização do laço social precisam deixar de ser atividades separadas para realizar-se do todo da sociedade para si mesma, e potencialmente de qualquer ponto que seja de um social móvel a qualquer outro.

Contudo, para além da visão otimista de Lévy, acerca de uma ética do coletivo, e a despeito das inúmeras contribuições da grande rede no estabelecimento de uma nova sociedade, muito mais informada e comunicativa, problemas como o uso desta mesma rede para a distribuição de pornografia, para a calúnia, a difamação e roubo de informações têm servido a propósitos criminais preocupantes. É nesse sentido que ações relacionadas com a questão da liberdade de expressão e da privacidade, apesar de garantidas pelas constituições das nações democráticas, configuram-se em riscos potenciais e servem como sinais de alerta para a nova realidade. É importante pontuar, porém, que essas questões não são, em essência, meros produtos da internet. A *web*, como qualquer outro veículo de comunicação, pode ser utilizada de forma criminosa e/ou indevida, conforme podemos conferir na frase de Nascimento:

A questão ética não se restringe ao plano da aceitação das normas socialmente estabelecidas nem se reduz ao problema da criação dos valores por uma liberdade solitária. Nasce na existência concreta de cada um, da consciência dos valores envolvidos no reconhecimento da inalienável dignidade da pessoa e do sentido da responsabilidade pessoal diante do outro, cujo rosto é um apelo cons-

tante a ser respeitado e promovido. (NASCIMENTO, 1984, p. 16).

Com efeito, a ética nasce da reflexão crítica do indivíduo sobre o comportamento humano e funda-se na consciência crítica, investiga os valores, interpreta, discute e problematiza. A ética indaga sobre os princípios e o comportamento moral, sempre com vistas ao bem-estar da vida em sociedade. No entanto, no mundo contemporâneo, a prática da consciência crítica acerca dos problemas da virtualização dos meios de informação e comunicação ainda caminha na esteira do seu próprio desenvolvimento. Nesse contexto, o tema “ética” articula-se, de forma imanente, com o plano da educação, suscitando, ainda, outras questões como o papel da educação e do educador na atual conjuntura e as questões éticas que devem ser discutidas quando ocorre a adoção da internet e de seus aplicativos por docentes e discentes. São indagações importantes e, apesar do grande movimento provocado pelo avanço da internet em todo o mundo, no meio acadêmico os estudos que prometem respostas a essas questões ainda são incipientes.

Segundo Rodrigues (1999), alguns filósofos já consideram a necessidade de se estabelecer parâmetros éticos específicos para as questões relativas à realidade virtual, pois os antigos já não dão conta dos atuais problemas. As questões ético-sociais e ético-culturais, resultantes da globalização, mediadas pela internet, vêm sendo debatidas em todo o mundo, afirma a autora, pois há uma percepção, quase geral, entre os estudiosos, de que é urgente e necessário um código de ética para as atividades tecnológicas.

Nesse sentido, Mário Bunge (apud RODRIGUES, 1999) propõe três códigos diferentes: o primeiro seria *universal* destinado a

todos os seres humanos, cujo objetivo seria regular o uso comum da tecnologia; o segundo, individual, destinado ao tecnólogo no exercício de sua profissão, e seria pautado no dever do tecnólogo de recusar-se a servir a projetos que tenham como objetivo metas anti-sociais; o terceiro teria caráter social, formulando políticas de desenvolvimento tecnológico, devendo ser inspiradas nas necessidades básicas da sociedade.

De acordo com Neves (1999), diante de sua magnitude e capacidade, a tecnologia tem gerado um efeito “bola de neve” e por isso requer uma nova ética, mais ampla e capaz de fundamentar um sistema de deveres e não deveres pautados no bem e no permitido. Para o autor, a preocupação em relação ao futuro está em criar novas regras éticas, visto que o avanço tecnológico tem se desviado das leis que permitem regularizar suas ações e seus poderes. A autonomia e o dinamismo dos avanços tecnológicos são questões importantes que ultrapassam as pretensões e os desejos de seus produtores e agentes, ocasionando, por sua vez, perspectivas de imprevisibilidade.

As mais recentes discussões sobre os princípios éticos aplicados ao “ciberespaço” ressaltam a dificuldade de defini-los, uma vez que os conflitos de valores (liberdade e a facilidade de expressão *versus* respeito à privacidade, por exemplo) são totalmente novos. Jamais foi tão “fácil” obter informações e nunca foi tão necessário proteger os direitos das pessoas. Haja vista, para citar um exemplo recente, o caso de um vídeo que mostra cenas íntimas entre uma modelo brasileira e seu namorado, que foi disseminado no mundo inteiro, com uma velocidade impensável.

Rauch (2001) diz que estamos diante de conflitos de valores completamente novos.

Segundo o autor, existem em nossa cultura pelo menos duas posições básicas conflitantes no tocante à informação. Para explicar esses conflitos, o autor cita o exemplo dos Estados Unidos, onde é “[...] amplamente aceito tomar como ponto de partida a liberdade de informação (*freedom of information*): por princípio a informação é livre e só pode ser restringida caso haja para isso uma justificação expressa.” (RAUCH, 2001, p. 62-63). Este autor observa que informação e comunicação fazem parte do direito à liberdade que constituem peças fundamentais do consenso social básico naquela sociedade. Segundo o autor, liberdade de informação nos Estados Unidos é comparada à liberdade de “[...] desejar a felicidade, de estabelecer moradia onde quer que seja, de praticar a religião, e é vista como sacrossanta” (RAUCH, 2001, p. 63). Contudo, essa concepção choca-se com a defesa dos dados pessoais, que, também de acordo com Rauch (2001), é consolidada em diversos países da Europa sob forma de lei. O autor observa que a defesa dos dados pessoais parte da noção de que toda pessoa tem o direito de manter a privacidade do que lhe diz respeito, ou seja, toda transmissão, processamento ou armazenamento de dados pessoais precisa da autorização “expressa” dos envolvidos. Aí, o que está em primeiro lugar, é a defesa diante da informação e da divulgação.

Rauch (2001) faz ver que essas duas concepções se opõem e nos levam para além da questão teórica. Os casos reais manifestam os conflitos entre sistemas jurídicos, que provocam novos questionamentos: “[...] como a opinião pública deve proceder diante de conteúdos de sites pornográficos ou politicamente extremistas? Diante de dados pessoais incorretos? [...]” (RAUCH, 2001, p. 63). O caso da modelo brasileira, citado anteriormente, é um exemplo

singular desse tipo de debate, ainda em construção, pois, segundo Rauch, não se sabe ao certo qual dessas concepções se mostrará mais produtiva em uma sociedade informatizada. A ciência da informação necessitará da ajuda da filosofia e da teologia para equacionar este problema.

Rauch (2001) afirma que a reflexão sobre uma ética da informação está apenas começando. Ainda não é possível saber quais consequências da técnica podem ser valoradas como boas ou más, o que dificulta a valoração de projetos futuros, como já aconteceu com outras inovações tecnológicas. Para o autor, não existe outro campo da técnica no qual seja tão difícil fazer prognósticos, como no caso das tecnologias de informação e comunicação. Justamente, por isso, é necessário e mesmo urgente definir-se uma ética da informação. O autor assegura, entretanto, que não se deve esperar que a filosofia ofereça receitas prontas sobre o assunto. Ao contrário, é preciso realizar um diálogo permanente entre a evolução da técnica e suas aplicações com as disciplinas filosóficas e as ciências sociais, num permanente processo de formação de opiniões. E faz-se fundamental integrar os indivíduos nesse processo, pois caberá a eles, como usuários da tecnologia e interessados diretos, o poder último de decisão.

Na Grécia clássica dos séculos V e IV a.C., lembra Rauch (2001, p. 58), a cultura oral começou a perder espaço para a escrita, e poderia ser vista como a “[...] primeira informatização da sociedade [...]” A transição ocorreu de forma consciente. Sabia-se que, a par das grandes vantagens, muitas consequências da adoção da escrita seriam negativas. A “informatização” naquele tempo foi discutida e, como acontece hoje, em relação à internet, não pôde ser contida. Segundo Rauch, figuras proeminentes da

época testemunharam esse processo, deixando claro que havia uma consciência do caráter revolucionário daquela tecnologia. Refletindo sobre essa questão, o autor toma como exemplo os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles. Sócrates, segundo Rauch, estava muito centrado na cultura oral, e, até onde sabemos, não deixou nada escrito. Platão, ao contrário do mestre, escreveu ainda que privilegiando o procedimento dialógico de Sócrates. Já Aristóteles utilizou-se da escrita e do livro de forma evidente. Portanto, bastaram apenas duas gerações para que se alterassem os fundamentos da cultura naquela época. Hoje, possivelmente, não será preciso mais do que isso, afirma Rauch (2002). Os comentários e críticas que aconteceram naquele tempo são relevantes e assemelham-se às preocupações do mundo contemporâneo em relação às tecnologias de comunicação e informação, em especial a internet. O autor diz:

Sócrates, no *Fedro*, defende a opinião de que a escrita nos levaria a negligenciar o cultivo da memória; saberíamos muitas coisas, mas não as relações essenciais entre elas: nós nos tornaríamos *doxosophoi*, eruditos de aparência, mas não *sophoi*, sábios. Platão argumentava que com a palavra escrita é muito maior o risco de interpretações equivocadas do que com a linguagem falada, já que quando se escreve não se conhece nem o leitor futuro nem a situação concreta de quem lê. (RAUCH, 2002, p. 59).

A história mostra que as consequências temidas e as críticas feitas na época não eram levianas, mas que eram muito procedentes, pois a tradição do saber oral perdeu-se muito

mais rapidamente do que se previa e, com ele, perderam-se bens culturais infundáveis. A cultura escrita que ocupou o lugar da cultura oral trouxe grandes conquistas. O livro simboliza esta nova etapa da humanidade. Hoje, segundo Rauch (2002, p. 60), “[...] estamos diante de uma ruptura cultural semelhante: a supressão de uma cultura escrita por uma cultura multimídia [...]”

Segundo o autor, uma diferença fundamental entre a cultura escrita e a cultura multimídia é a descentralização da comunicação. Na linguagem escrita, o pensamento é linear, seqüencial, diferentemente da linguagem oral, que requer o emprego da mímica, de gestos e repetições para enfatizar ou explicar o que se tentou comunicar. As tecnologias de comunicação e informação, mediadas por computadores, possibilitam uma linguagem de consulta a bancos de dados, de comunicação móvel, o que torna possível saltar de um pensamento a outro, estabelecer conexões e mover-se em um texto tal como em uma rede multidimensional. A única certeza que existe é que a cultura multimídia já é um fato e caminha para suplantiar a cultura escrita. “Consolida-se e universaliza-se cada vez mais uma cultura objetiva de informações [...]” (RAUCH, 2002, p. 61). Para o autor, os elementos que constituem essa nova cultura já existem. Essa, portanto, é uma discussão que toma vulto e tem crescido nos últimos 20 anos, desde o surgimento dos primeiros serviços *on-line*. Contudo, é preciso que esse debate seja disseminado nas escolas e universidades e que privilegie os diversos ângulos de uma mesma questão: o surgimento e as conseqüências do uso das tecnologias de informação e comunicação, especialmente aquelas mediadas por computadores, no mundo contemporâneo.

3 Considerações finais: o plágio e cópia no ciberespaço como questão ética:

Um dos maiores problemas da atual vida escolar e acadêmica é a cópia de textos da internet. Alunos de todos os níveis escolares fazem uso, de forma indiscriminada, do copiar/colar, ou seja, copiam e colam textos sem nenhum constrangimento. Esses alunos, segundo Perissé, “[...] apresentam excelentes trabalhos sobre qualquer assunto: física, semiologia, história, literatura, filosofia [...] Não escrevem, não elaboram. Vão ao Google, conhecidíssimo instrumento de busca, e encontram o material pronto [...]” (PERISSÉ, 2006, p. 12).

O que fazer a respeito? Como o professor deve agir em relação a essa questão? Perissé responde que é preciso considerar que:

Em nossa Idade Mídia, a internet tornou-se meio indispensável para o aprendizado, para a comunicação, para a vida profissional, para o divertimento etc. É um ambiente riquíssimo de possibilidades, e, conforme declarou recentemente Vinton Cerf, o seu idealizador, “99% das aplicações que serão usadas na rede no futuro ainda nem foram inventadas”. Ao mesmo tempo, como qualquer realidade humana, possui “brechas” perigosas, abertas por nós próprios. Uma delas tem permitido que os estudantes pesquisem sem pesquisar. [...] Sabemos que cada espaço possui as suas regras, para o bem ou para o mal. Cada casa possui as suas leis internas [...] cada um desses âmbitos requer de nós certas atitudes, uma determinada conduta, um

tipo de linguagem, e sobre essas atitudes e conduta precisamos estar atento, porque podemos perder o rumo e cultivar hábitos que não condizem com a própria essência desses ambientes ou com as regras maiores da condição humana (PERISSÉ, 2006, p. 12).

No campo virtual, diz o autor, existe uma lei invisível, mas aceita por muitos, de que todos podem apropriar-se de tudo que está “acessível/ acessível” e que não há nada mais natural do que copiar o texto de um *site* sem citar a fonte. É comum também não considerar que a mesma obra copiada pode ter sido fruto de grande sacrifício de um autor honesto, mas também pode já ter sido “roubada” de outro. Assim, diz Perissé (2006), são copiados parágrafos ou páginas inteiras. Alguns especialistas, segundo Perissé, explicam que a prática do plágio, muitas vezes, é ocasionada pelo medo que o estudante tem de errar, de não fazer um bom trabalho, ou mesmo, de não alcançar a qualidade exigida pelo docente. Outros estudiosos, diz o autor, acreditam que o problema encontra-se nos próprios professores, que solicitam trabalhos descritivos e não estimulam a criatividade, o que acaba por induzir à prática da cópia de textos da internet. Exigir que os trabalhos sejam feitos à mão como forma de contornar essa questão, ou, dar zero, humilhar em público, ameaçar com expulsão não são a melhor solução:

A palmatória e outros recursos violentos jamais conseguiram fazer o elogio da virtude. O mouse ético não se instala numa pessoa mediante gritos ou ameaças. Também não é possível regredir, expulsando o computador de casa, ou criando mecanismos para

filtrar ou vigiar. Tudo isso pode ser driblado: onde há opressão aumenta a esperteza. [...] A mão que segura o mouse pertence a uma pessoa, e é esta pessoa que devemos entender melhor e educar para o melhor. O melhor, neste caso, consiste em fazer o aluno experimentar o prazer do estudo. O estudo como descoberta [...] (PERISSÉ, 2006, p. 14).

A internet, diz o autor, deve ser entendida como espaço contínuo para a ampliação da percepção de mundo. O professor deve mostrar ao estudante a importância de aprender e buscar novas idéias a partir da própria internet, como aprender um novo idioma, fazer entrevistas com escritores que estiverem *on-line* e aprender a pesquisar usando o farto universo de revistas eletrônicas, de dissertações de mestrado, teses de doutorado, ensaios, clássicos da literatura etc. “O mouse ético é o mouse inteligente. Quem descobre o prazer de pensar por conta própria descobre igualmente a necessidade de respeitar o pensamento, e os textos, de outrem.” (PERISSÉ, 2006, p. 14).

Dessa forma, o mundo de oportunidades de leitura, a diversidade de textos que a internet oferece pode ser um caminho para desenvolver novas formas de pensar e re-pensar, de criar, desenvolver e estimular conhecimentos originais e criativos.

The opposite side of ethic: the question of the plagiarism and the copy in the cyberspace

The aim of this study is to discuss some aspects of ethics questions that involve inter-

net way using in presence done for education teaching, specifically reporting to plagiarism and copy. In this discussion we privileged three questions: the relation between the technology and the education and the ethics, the ethics in cyberspace like a emerging in the academic sphere question and the plagiarism and copy problem in the cyberspace like ethics question.

Key words: Cyberspace. Education. Ethic.

Referências

- CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Sociedade e desenvolvimento tecnológico: uma abordagem histórica. In: GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin (Org.). *Educação tecnológica: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1999.
- FAREJADOR DE PLÁGIOS. Software do Yahoo. Disponível em: <<http://geocities.yahoo.com.br/farejadordeplagio>>. Acesso em: 5 mar. 2006.
- FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da práxis*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1998.
- GRINSPUN, Mirian P.S. Zippin. Educação tecnológica. In: GRINSPUN, Mirian P.S. Zippin (Org.). *Educação tecnológica: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1999.
- QUÉAU, Philippe. *Cibercultura e info-ética*. Grandes panoramas do século 21. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto_link.asp?cod_link=229&cod_chave=3&letra=c> Acesso em: 2 fev. 2004.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- _____. *A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2001.
- MARSKI, Davi. Ética do conhecimento e a cópia de trabalhos escolares: ou sobre a avaliação acadêmica por meio de trabalhos escolares. 2005. In: BELLO, José Luiz de Paiva. *Pedagogia em foco*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/filos23.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2006.
- NASCIMENTO, Milton Meira do. Ética. In: VÁRIOS AUTORES. *Primeira Filosofia*, São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PERISSÉ, G. Nossos filhos não sabem usar o mouse ético. *Revista Máxima*, n. 1, ago., 2006. p.12 e 14. Disponível em: <<http://www.revistamaxima.com.br/>>. Acesso em: 2 ago. 2006.
- RAMAL, Andrea Cecilia. Internet e educação. *Revista Guia da Internet*, n. 12, 1997, Rio de Janeiro: Ediouro.
- _____. A interatividade banaliza o voto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Seção Opinião, p. 9, 25 ago. 1998.
- RAUCH, Wolf. Ética da informação: O problema sobre a ótica da ciência da informação. In: KOLB, Anton; ESTERBAUER, Reinhold; HANS, Walter. (Org.). *Ciberética: responsabilidade em um mundo interligado pela rede digital*. São Paulo: Loyola, 2001.
- RIOS, Terezinha Azerêdo. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Ética e competência*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- RODRIGUES, Anna Maria Moog. Por uma filosofia da tecnologia. In: GRINSPUN, Mirian P.S. Zippin (Org.). *Educação tecnológica: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SANTANA, Joseval de Melo; JOBERTO, Sérgio Barbosa Martins. Um sistema para detecção de plágio em ambiente de aprendizado virtual. Disponível em: <<http://www.nuppead.unifacs.br/artigos/Paper-JobertoMartins-fpve03%20Joberto.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2006.
- SENNA, Eduardo. Como lidar com o plágio em sala de aula. *Universia*. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/materia/materia_gdih.html>. Acesso em: 18 fev. 2006.
- UNIVERSIA. Como lidar com o plágio em sala de aula. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2006.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.